

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.725 - MG (2019/0095065-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : VALDINEI FRANCISCO GOMES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : JOSÉ AUGUSTO CATARINO

DECISÃO

Contra o acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que denegou a ordem no HC n. 1.0000.18.132949-1/000 (fls. 46/51), preservando a negativa do recurso em liberdade, interpõe recurso ordinário **Valdinei Francisco Gomes** - condenado em primeira instância à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 500 dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (Processo n. 0607.18.001885-7 - fls. 39/44). O acórdão tem esta ementa (fl. 47):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PROLAÇÃO DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA. MANUTENÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR. SUBSISTÊNCIA DOS MOTIVOS QUE ENSEJARAM A MEDIDA RESTRITIVA DE LIBERDADE DURANTE TODO O CURSO DO PROCESSO. ACAUTELAMENTO DA ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE. FIXAÇÃO DO REGIME SEMIABERTO. ADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA.

Subsistindo os motivos que ensejaram a custódia cautelar do paciente durante todo o curso da ação penal, não configura constrangimento ilegal o indeferimento do direito de recorrer em liberdade. A custódia, entretanto, deve se adequar ao regime fixado no édito condenatório, sob pena de impor ao sentenciado situação mais gravosa.

Neste Tribunal Superior, o recorrente alega estar sofrendo constrangimento ilegal decorrente da falta de fundamentação para a negativa do recurso em liberdade.

Ressalta, ademais, que o fato de o réu haver permanecido preso durante a instrução criminal, por si só, não caracteriza impedimento para que possa recorrer em liberdade.

Requer, liminarmente, *a concessão da ordem, para permitir que o recorrente aguarde solto o julgamento da impetração, determinando a imediata expedição de salvo conduto* (fl. 73).

É o relatório.

O deferimento de liminar em recurso em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

No caso, está presente a plausibilidade jurídica do pedido.

O Magistrado singular consignou o seguinte (fl. 42 - grifo nosso):

[...]

Em que pese o delito ser equiparado a hediondo, levando em consideração as circunstâncias do art. 59 do CP acima realizada e o disposto no art. 33, § 2º do CP, fixo o regime semiaberto para cumprimento inicial da pena.

Considerando que o réu não preenche os requisitos objetivos e subjetivos previstos no art. 44 do Código Penal, pelo que deixo de substituir a pena privativa de liberdade aplicada nos moldes do aludido artigo, bem como de aplicar o benefício do artigo 77 do Código Penal.

Tendo em vista que o condenado ficou preso durante toda a instrução processual, considero que os motivos que levaram a essa decretação subsistem por razões de ordem pública, pelo que nego o direito de recorrer em liberdade.

[...]

O fato de o recorrente ter permanecido preso durante a instrução processual e ter ocorrido a condenação, por si só, não justifica a manutenção da prisão.

Entendo, pois, estarem presentes os requisitos que justificam o deferimento da medida de urgência, por se revelar carente de fundamentação a decisão que manteve a vedação ao direito de recorrer em liberdade.

Em face do exposto, **defiro** a liminar para assegurar ao recorrente o direito de aguardar em liberdade o esgotamento da via recursal ordinária.

Comunique-se com urgência.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, especialmente quanto à situação do recorrente relativamente a eventual execução provisória da pena, bem como ao Tribunal de origem acerca do julgamento da apelação.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior

Relator

